

A ETNOBOTÂNICA E O ECOFEMINISMO EM PROL DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL*

Bruna Benazi Vieira¹ & Michaele Alvim Milward-de-Azevedo

Resumo - O ecofeminismo expressa a presença de uma interconexão entre a submissão das mulheres aos homens e o domínio da natureza pelos seres humanos. Com isso, surge a existência de movimentos ambientais feministas com a finalidade de alcançar um cenário utópico igualitário, ressaltando a relevância dos saberes tradicionais e desencadeando uma luta contra a opressão da natureza e da mulher. A mulher rural representa um importante papel como gerenciadoras dos fluxos de biomassa, proteção da biodiversidade, e domesticação e conhecimento das plantas. O ecofeminismo explicita a união entre o movimento ecológico e movimento feminista, uma vez que a mulher sempre teve seu habitual dever de cuidar da segurança nutricional da família, acarretando a maior afinidade com a plantas medicinais. Assim, a mulher possui um relevante papel na perpetuação do conhecimento tradicional e, por isso, o gênero feminino favorece a manutenção dos recursos ambientais.

Palavras-Chave: conhecimento tradicional; desenvolvimento sustentável; mulher rural.

Abstract - The ecofeminism expresses the presence of a interconnection between women's submission to men and the nature control by the human being. Thereby appear feminist environmental movements with the purpose to reach an utopic and equality scenario highlightning the relevance of traditional knowledge and starting a fight against the women's and nature's oppression. The rural woman represents an important role as manager of biomass flow, biodiversity's protection and also domestication and plants knowing. The ecofeminism evidences the union between the ecologic and the feminist movements, once the woman always had your habitual role to care of the family nutritional safety what result in a bigger affinity with medical plants. Therefore the woman has an relevant role on the perpetuation of the traditional knowledge wherefore the female gender favors the environmental resources' maintenance.

Key-words: traditional knowledge; sustainable development; rural woman.

Contextualização

A etnobotânica é a ciência que estuda o vínculo entre o ser humano e as plantas baseando-se no conhecimento tradicional adquirido pela população por meio da relação direta com os recursos ambientais (Rocha *et al.* 2015). Esta ciência está baseada em conhecimentos de história, antropologia, ecologia, farmacologia, entre outros, como uma forma de melhoria na qualidade de vida, além de resgatar valores culturais e socioeconômicos, passados de geração em geração, fundamentais para a manutenção da biodiversidade (Milward-de-Azevedo 2017). As características dos vegetais, a história da comunidade e o ambiente social e físico moldam este saber cultural adquirido de geração em geração (Carniello *et al.* 2010), desencadeando um diálogo entre os conhecimentos científicos e tradicionais (Siliprandi 2009).

Os valores socioeconômicos e culturais agregados aos vegetais são primordiais para a manutenção da biodiversidade, uma vez que essas populações auxiliam na conservação dos recursos ambientais (Lucena *et al.* 2015). Nessa perspectiva, os ciclos naturais e os costumes no âmbito rural estão correlacionados com os valores, crenças, mitos e tradições (Monteles & Pinheiro 2007), que designam o período e a forma que cada vegetal será utilizado (Pereira & Diegues 2010). Percebe-se que a etnobotânica coopera com técnicas de conservação devido ao fato de sistematizar os saberes das populações tradicionais e resgatar os conhecimentos terapêuticos locais, concedendo importantes contribuições para conservação da biodiversidade (Monteles & Pinheiro 2007).

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Três Rios, Av. Prefeito Alberto da Silva Lavinias, 1847, Centro, Três Rios, RJ, Brasil, Cep- 25802-100; ¹Autor de correspondência: bruna.benazi@gmail.com

* Trabalho premiado durante o 7º Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade, realizado no Instituto Três Rios (UFRRJ), no período de 19 a 21 de junho de 2018.

As sementes do conhecimento são plantadas e o saber do indivíduo é enraizado na terra, existindo uma vinculação de respeito, gratidão e cumplicidade com o meio ambiente, representando a direta preservação ambiental nos locais habitados pelas comunidades tradicionais (Leff 2002). Cunha (1992) evidencia que não ocorre a dissociação entre o ser humano e a natureza, visto que o meio ambiente é a fonte de sua sobrevivência social e da sua identidade cultural, manifestando, um modo de vida humana, capaz de coexistir dentro de um determinado equilíbrio junto ao meio natural. A perpetuação de informações ou transmissão social fundamentam o início de um sistema cultural entre os seres humanos, sendo imprescindível para a compreensão da natureza humana (Carniello *et al.* 2010).

A etnobotânica apresenta alta capacidade em propiciar uma maior adesão entre os atores das comunidades locais, aumentando a auto estima destes, possibilitando a erradicação do êxodo rural, ampliação da visibilidade da comunidade local, e o avanço nos processos de produção ou na prestação de serviços (Rocha *et al.* 2015). A utilização de ferramentas, como a etnobotânica, favorece os benefícios conservacionistas originados pelas comunidades rurais e pode fomentar a elaboração de políticas públicas e ações que considerem as particularidades locais. Com o favorecimento da variedade de atividades rurais e inclusão de todos, a fim de evitar a perda do conhecimento, especialmente no que se refere às mulheres, que são socialmente e historicamente discriminadas.

A etnobotânica também manifesta-se como um instrumento nas relações de gênero na agricultura, permitindo observar o papel culturalmente designado às mulheres, como a responsabilidade pelas tarefas domésticas e os cuidados com as crianças, pois as mulheres conhecem as plantas e as formas de uso apenas para atender as necessidades familiares, já os homens apresentam um conhecimento mais sistemático, com uma forma de tornar o produto mais vendável (Viu *et al.* 2010). Em estudos etnobotânicos, a relevância das mulheres na manutenção do conhecimento e conservação dos recursos vegetais foi enfatizado em diversas populações, proporcionando maior visibilidade ao seu importante papel na perpetuação do saber referente às plantas (Begossi *et al.* 2002, Veiga Junior 2008, Karam 2004, Pacheco 2002, Matavele & Habib 2000, Viu *et al.* 2010).

O termo ecofeminismo foi empregado pela primeira vez no texto *Le féminisme ou la mort*, em 1974, por Françoise d'Eaubonne, feminista francesa que criou na França o movimento Ecologia e Feminismo, em 1978 (Rosendo 2016). Ainda no ano de 1974, a norte-americana Sherry Ortner publicou o livro *Is female to male as nature is to culture?*, evidenciando a subordinação da natureza e do sexo feminino (Siliprandi 2015).

O ecofeminismo, como parte da teoria de gênero, nos permite justificar as ordens hierárquicas no processo de produção do conhecimento, vinculando a dualidade antagônica entre a sociedade e a natureza, em uma sociedade paternalista, a partir da qual as marcas são constituídas de desigualdades que caracterizam a relação entre os gêneros, pois a noção de "economia do cuidado" tem contribuído para atualizar o debate sobre as formas de organização da sociedade e reconhecer o impacto delas na reprodução das diferenças (Núñez & Klier 2016). Abordando as categorias de gênero, androcentrismo, patriarcado, sexismo, cuidado, entre outras, facilita a compreensão dos problemas específicos das mulheres em relação ao meio ambiente, além de reforçar a teoria ecológica com a leitura feminista da realidade, corrigindo as distorções androcêntricas e buscando soluções para alcançar a sustentabilidade (Puleo 2008).

O entendimento do vínculo entre a mulher e ecologia ressalta-se na presença de uma interconexão entre a submissão das mulheres aos homens e o domínio da natureza pelos seres humanos (Siliprandi 2009). A união entre o movimento feminista e o movimento ecológico acarreta uma nova percepção, na qual a ciência, a mulher e a natureza estariam associadas (Flores & Trevizan 2015). Assim, surgem os movimentos ambientais feministas com o objetivo de atingir um cenário utópico igualitário, enaltecendo a relevância dos

saberes construídos concomitantes ao meio natural e sucedendo uma luta contra a opressão da mulher e da natureza (Garcia 2009).

A avaliação das relações de gênero é elementar para a análise da aproximação da mulher rural com a natureza, tendo em vista o seu habitual “dever” de cuidar da segurança nutricional e alimentar da família, em virtude da subordinação imposta pela rígida hierarquia patriarcal ao gênero feminino (Viu *et al.* 2010). Segundo Pastore (2005), a desigualdade de gênero revela-se de forma mais evidente no meio rural, devido ao elevado conservadorismo instituído na cultura rural. Com isso, ocorre a divisão social sexual das tarefas, procedente de um vínculo entre a reprodução biológica feminina com a fertilidade da mãe Terra (Leff 2004).

Nas últimas quatro décadas, o neofeminismo despertou discussões emancipadoras, inovadoras e frutíferas englobando abordagens de classe, raça e diversidade sexual, além de assuntos abordando ética e filosofia política (Puleo 2008). O ecofeminismo evoluiu no reconhecimento que as mulheres, principalmente as das populações rurais modernas, são responsáveis por retirar os elementos necessários da natureza para a subsistência dela e sua família, desenvolvendo iniciativas sustentáveis, e justificando certas sociedades como menos "humanas" e mais parecidas com a paisagem, nos permitindo entender o elo problemático entre as populações humanas modernas e seus ambientes (Núñez & Klier 2016), pois a racionalidade moderna nos trouxe, altos níveis de bem-estar, porém também ameaças e novos problemas globais (Puleo 2008).

De acordo com Puleo (2008), o ecofeminismo deve apresentar as seguintes características fundamentais: 1) ter um pensamento crítico, 2) lutar pela igualdade e a autonomia das mulheres, 3) aceitar com prudência os benefícios técnico-científicos, 4) fomentar a universalização dos valores éticos do cuidado dos humanos e do meio ambiente, 5) apresentar um diálogo intercultural, e 6) conservar a natureza.

Apesar de muitos avanços, as mulheres ainda não são reconhecidas como agentes fundamentais na preservação do meio ambiente e suas atividades são desprezadas. Assim, a abordagem do tema referente ao conhecimento etnobotânico das agricultoras e mulheres rurais torna-se fundamental para destacar o sexo feminino como principal provedora dos saberes tradicionais, além de evidenciar as práticas sociais voltadas à conservação ambiental coordenadas pelas mulheres, explicitar sobre o movimento ecofeminista e apresentar evidências, comprovando a experiência ecológica e saberes etnobotânicos obtidos por elas.

A mulher rural e os saberes etnobotânicos

As mulheres ainda compõem grande parcela dos espaços domésticos, tendo em vista a sua obrigatoriedade em cuidar dos serviços de casa, entretanto seus afazeres excedem as responsabilidades caseiras, compreendendo também as atividades de plantio e colheita da horta, assim como, a elaboração de miudezas, como preparos destinados para o consumo familiar (Viu *et al.* 2010). O sexo feminino potencializou seus conhecimentos relacionados às técnicas de plantio devido aos cuidados tradicionais que foram designados às mulheres, fator explicado pela imposição patriarcal na atuação como protetora da saúde, do bem-estar e do autoconsumo da família, e por isso, ampliou o seu contato, principalmente, com as plantas medicinais (Burg 2005).

Segundo Carvalho (2005), as mulheres possuem grande evidência na transmissão e manutenção dos saberes e hábitos associados ao mundo vegetal, uma vez que mostram-se como as maiores detentoras do conhecimento etnobotânico. Estudos etnobotânicos corroboram quanto ao resultado em relação ao gênero das pessoas entrevistadas e expõem que preponderantemente as mulheres possuem maior conhecimento tradicional relacionado às plantas medicinais no meio rural (Siliprandi 2015). Trabalhos indicam que os homens apresentam um maior conhecimento referente a atividades externas à propriedade, que não

estão associadas à cura e ao tratamento dos familiares, enquanto as mulheres teriam o saber mais limitado relativo às plantas que se desenvolvem no entorno da casa, que visa atender às necessidades domésticas (Amorozo & Gély 1988). O gênero masculino tende a tornar seu conhecimento mais rentável e restringindo-se às espécies madeireiras da floresta (Pastore *et al.* 2009).

Um estudo elaborado por Monteles & Pinheiro (2007) em uma comunidade quilombola, demonstra que 79% das pessoas que cultivavam as plantas medicinais nos arredores das residências eram pertencentes ao gênero feminino, elucidando o domínio da atividade e preparação de remédios caseiros a base de plantas. Outro estudo realizado por Karam (2004), indica que acima de 70% das famílias de comunidades tradicionais, a transferência de saberes ocorre pelas mães e avós, demonstrando a expressividade na colaboração para a propagação do conhecimento, são as mulheres que apontam as respostas à cura de doenças, aplicando o uso de ervas e plantas medicinais para confecção de xaropes, chás e pomadas para as mais variadas enfermidades.

Pacheco (2002) ressalta o importante papel do sexo feminino, em razão do seu desempenho como gerenciadoras dos fluxos de biomassa, proteção da biodiversidade e domesticação das plantas, contendo em âmbito global um relevante saber sobre os recursos vegetais e favorecendo a segurança alimentar. O Ministério do Meio Ambiente (1994) salienta através da Convenção da Diversidade Biológica:

“o papel fundamental da mulher na conservação e na utilização sustentável da diversidade biológica, afirmando a necessidade de sua plena participação em todos os níveis de formulação e execução de políticas para a conservação da diversidade biológica”.

Para que as mulheres garantam seu acesso à propriedade, aos cursos de capacitação técnica e executem suas competências qualificadas, faz-se necessário o apoio organizacional para realização de manifestações políticas que englobem seus conflitos, como a sua deslegitimação e a invisibilidade social (Siliprandi 2009).

A pluralidade do Ecofeminismo

Atualmente, o ecofeminismo mostra-se como um movimento ecológico de organização social que se adequa à sustentabilidade e aos problemas ambientais, objetivando a desvinculação da dominação masculina, a libertação da natureza e da mulher oprimida, em busca de uma mudança nas relações socioeconômicas, incorporando e valorizando os saberes e trabalhos das mulheres, assim como alternativas à crise ecológica, seguindo três tendências diferentes, em busca de um ambiente sustentável: a clássica, a espiritualista e a construtivista, que estão embasadas na busca pela proteção dos seres e da natureza (Flores & Trevisan 2015). Além destas três vertentes, apresentam-se também, a animalista e a queer. Segundo Herrero (2018) apesar de existirem várias abordagens ecofeministas, todas possuem similaridade ao declarar a histórica exclusão das mulheres e combate ao androcentrismo.

O ecofeminismo clássico é a vertente mais popular deste movimento e surgiu nos Estados Unidos para combater a cultura imposta pelo homem que acarretou no envenenamento da água, da terra e do ar, por meio de agrotóxicos, apresentando uma grande propensão do sexo masculino à competição e a destruição do meio ambiente (Flores & Trevizan 2015). A tendência defende que o fato da mulher conter particularidades de fatores biológicos, como o ciclo menstrual e a possibilidade de dar à luz, as conectam mais intimamente com a natureza (Herrero 2018). O ecofeminismo clássico motivou lutas feministas na Inglaterra na década de 1980, como os protestos anti-militaristas e denúncia

contra os mísseis nucleares, organizados pela feminista Greenham Common, em um acampamento ativo por dezoito anos (Herrero 2018).

O ecofeminismo espiritualista surgiu nos anos 1980 interligando a natureza sagrada e a vida, tendo como principal crítica o sistema de desenvolvimento ocidental, o responsável pela deteriorização das comunidades tradicionais, como indígenas e camponeses e camponesas, em países subdesenvolvidos (Herrero 2018). Este movimento ocorreu na região do Himalaia, onde as camponesas abraçavam as árvores para impossibilitar o desmatamento realizado por empresas madeireiras privadas (Herrero 2018). Nos momentos de vigília para o controle da invasão realizada pela empresa, as camponesas faziam reflexões referentes ao vínculo da mulher com o meio natural, através dos princípios da cosmologia hindu (Herrero 2018). Neste cenário, as mulheres enfrentavam seus próprios maridos, que enalteciam o lucro obtido pela comercialização da madeira e empregos garantidos pelas empresas (Siliprandi 2015). Assim, as principais vítimas da degradação ecológica são as mulheres rurais, afetadas pelo extrativismo, privatizações, desmatamento e agrotóxicos.

Para Shiva (1992), ocorre uma subordinação dos países em desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos, na qual a exploração nefasta da natureza está vinculada ao modelo desenvolvimentista. Um estudo sobre o movimento Chipko (movimento ecológico na Índia), expõe a absoluta dependência do gênero feminino com a natureza nas comunidades rurais carentes e evidencia o etnoconhecimento repassado para as futuras gerações, constantemente marginalizado pela ciência moderna, resultando na exclusão do saber feminino (Garcia 2009).

O ecofeminismo construtivista sustenta uma ideologia antirracista, anti-imperialista e antiantropocêntrica, na qual nega a conexão natural entre a mulher e a natureza, mas expõe uma vinculação resultante da opressão histórica vivenciada pelo gênero feminino, como a divisão do trabalho, do poder e da propriedade (Angelin 2013). Sendo assim, a proximidade entre a mulher e o meio natural deve-se a destruição ecológica e a subordinação atribuída a ela, cabendo ao sexo feminino a luta para a equidade de gêneros e a proteção da natureza (Herrero 2018).

O ecofeminismo animalista, também conhecido como vegano ou antiespecista foi evidenciado recentemente junto a ampliação dos direitos dos animais, embora a defesa dos animais já tenha sido manifestada no movimento das sufragistas no início do século XX (Adams & Gruen 2014). Essa vertente denuncia a exploração dos animais e apresenta uma correlação com a imposição patriarcal às mulheres, expondo que o sexismo e o especismo são originados da hierarquia opressiva, caracterizada pela dominação do semelhante (Adams 2012).

A última vertente, o ecofeminismo queer apresenta-se como uma variação do ecofeminismo construtivista devido o questionamento ao entendimento da sexualidade relacionada à natureza, principalmente a naturalização do heteropatriarcado e os seus efeitos sobre as classes sociais (Herrero 2018). Defende a luta contra a opressão do patriarcado e combate a toda repressão empregada sobre a mulher, como a erotização, a objetificação e a submissão, que acarretam na união com a natureza também subordinada.

O Ecofeminismo e os Movimentos Ambientais Feministas

Os movimentos das mulheres associados aos movimentos ecológicos ocorrem no Ocidente desde a década de 1960, época na qual os movimentos de contracultura na Europa e Estados Unidos despontaram e manifestavam-se contra o modelo civilizatório, o racismo, o sexismo e o descuido da natureza (Siliprandi 2015). Entretanto, segundo Puleo (2006), há relatos de textos de feministas, preocupadas com as questões ambientais no século XIX, no qual muitas sufragistas eram vegetarianas e protetoras dos direitos dos animais.

Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou a Década da Mulher, na primeira Conferência da Mulher, na qual introduzia a pauta sobre a vinculação da mulher e a natureza nos espaços de negociações internacionais, abrindo um debate sobre a possibilidade das mulheres incorporarem as decisões políticas de desenvolvimento (Siliprandi 2015). A ONU manifestava a necessária inserção das mulheres como gerenciadoras dos recursos ambientais, no entanto para as ecofeministas era imprescindível enfatizar a discussão de um novo modelo, considerando as propostas dos movimentos feministas. Com isso, foi criado um novo enfoque chamado “Gênero, Ambiente e Desenvolvimento”, para debater a marginalização do sexo feminino nas decisões políticas ambientais (Siliprandi 2015).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecido como Eco-92, mostrou-se relevante na luta feminista, devido ao fato de apresentar um espaço em que as mulheres obtiveram visibilidade no cenário mundial, expondo o sexo feminino não apenas como administradoras de recursos, ocupando lugares de destaque, participando da análise e explicação de documentos importantes assinados durante a conferência oficial, como a Declaração do Rio e a Agenda 21 (Siliprandi 2015). O princípio 20, da Declaração do Rio, certifica a importância na participação da mulher para atingir o desenvolvimento sustentável, já o capítulo 24, da Agenda 21, propõe as medidas para que as mulheres consigam atingir o desenvolvimento sustentável e equitativo (Siliprandi 2015).

O cenário distante da equidade de gênero direcionou as mulheres rurais para que assumissem o papel de militantes ambientais e feministas que atuam na luta pelos direitos das mulheres no campo. Tal conjuntura culminou na devoção contínua e evolutiva dos movimentos sociais relacionadas às lutas ambientais feministas (Siliprandi 2009).

Nas lutas rurais, a reafirmação das mulheres como protagonistas é crescente, uma vez que os conhecimentos tradicionais são fundamentais para a conservação do meio natural (Georgin *et al.* 2015). O exercício das mulheres rurais tem se expandido conforme iniciam a participação não apenas em sindicatos e movimentos sociais, mas também em associações de produção alternativa e criação de espaços comerciais, como as feiras, ambientes de troca de experiência (Siliprandi 2009).

Segundo Bianchi (2012), as mulheres estão exercendo um papel prioritário na luta contra agrotóxicos e lixo tóxico. Na década de 1980 os movimentos feministas rurais colaboraram fortemente para a elaboração de políticas públicas referentes à atenuação da desigualdade de gênero nas atividades agrícolas, especialmente no nordeste e sul do Brasil (Heredia & Cintrão 2006). Nos Estados Unidos e na Inglaterra, nos anos 1980, a degradação ambiental desencadeada pelo modelo de desenvolvimento econômico estava entre os importantes temas em manifestações de movimentos ecofeministas (Flores & Trevizan 2015).

A vida das mulheres e suas famílias sofre um alarmante risco perante a devastação da natureza e, por consequência disso, o gênero feminino luta para erguer questões primordiais entre o feminismo e o ecologismo, para a construção de uma sociedade ideal, além disso, as mulheres realizam uma batalha cotidiana adversa ao modelo econômico desenvolvimentista, na qual a cultura machista é dominante (Garcia 2009). Desta forma, foram averiguados oito movimentos fundamentados na luta ambiental feminista que são indispensáveis na batalha para o reconhecimento da mulher rural e no combate à submissão do gênero feminino, como poder ser verificado no Quadro 1.

Entre 1986 e 1988, as mais variadas manifestações organizadas pelas mulheres, movimentaram-se para intervir na criação da nova Constituição Federal, instituída em 1988 (Siliprandi 2009). Foram organizados marchas em Brasília e abaixo-assinados com até

100.000 assinaturas, para a defesa dos seus direitos e obtiveram como resultado a citação explícita ao direito das mulheres à terra (Siliprandi 2009).

Quadro 1. Movimentos da luta contra submissão de gêneros e reconhecimento da mulher rural.

Surgimento	Movimentos Ambientais Feministas	Característica
1986	Movimento de Mulheres Trabalhadores Rurais do Nordeste (MMTR-NE)	Organização independente constituída por trabalhadoras do campo dos nove estados da região Nordeste do Brasil, constituindo a Rede de Mulheres Latinoamericana e do Caribe - REDELAC (Silva 2008).
1991	Organização de mulheres pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento (Women's Environment & Development Organization – WEDO)	Grande defensora da justiça social, política, econômica e ambiental para toda população, luta pela garantia da atuação do gênero feminino em todas áreas de decisão e realiza discussões sobre o empoderamento das mulheres nas decisões ambientais e sobre o desenvolvimento (WEDO 2018).
1995	Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR)	Compreende “movimentos autônomos, coletivos de mulheres rurais dos movimentos mistos e pastorais” (Salvaro <i>et al.</i> 2013).
1995	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)	Organização constituída por mulheres extrativistas que comercializam o coco-babaçu, que se autoneciam como “quebradeiras de coco”, lutando pela preservação das palmeiras dos babaçuais (Silva 2008).
1998	Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA)	Atua nas lutas à defesa da biodiversidade, condenando a biopirataria. Defende a representatividade da mulher nos programas de proteção ao meio ambiente, além de auxiliar as associações das mulheres, para que seus saberes tradicionais sejam enaltecidos (Pacheco 2002).
1998	Articulação das Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AIMTR)	Com o lema “igualdade para as trabalhadoras rurais”, o movimento atua com a troca de experiências e saberes tradicionais, que repercutem os avanços e obstáculos das trabalhadoras em lidar com a cultura sexista, que desvaloriza o trabalho do gênero feminino no campo, assim como, limita sua atuação nas ações decisivas em relação ao comércio dos produtos agrícolas (Aguiar 2016).

Quadro 1. Continuação.

2000	Marcha das Margaridas	Luta pelo auxílio técnico e acesso à terra para as mulheres rurais, promovendo a visibilidade da mulher rural devido a sua colaboração ao desenvolvimento sustentável no campo, rompendo com a sociedade hierarquizada pelo domínio patriarcal e considerada um novo modelo de desenvolvimento no Brasil, atribuindo importância a temática ambiental (Silva 2008). Em 2003, reuniu em Brasília, aproximadamente 50 mil mulheres, para reafirmar seu protagonismo na agricultura familiar, reforma agrária com acesso à terra para as mulheres e preservação dos recursos naturais (Siliprandi 2015).
2004	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)	Tem como objetivo a emancipação das mulheres, da inserção de um manejo agroecológico no campo e na mudança da sociedade, levantando a discussão sobre a construção de novas vinculações entre os seres humanos e a natureza (MMC 2018). Em 2006, aproximadamente duas mil agricultoras uniram-se pela luta contra o deserto verde imposto pela empresa transnacional norueguesa Aracruz Celulose (Siliprandi 2015). As mulheres destruíram laboratórios de fabricação de mudas de eucalipto e manifestavam pela proteção da biodiversidade, dos rios e solos, além de enfatizarem as consequências maléficas na saúde humana e do meio natural, acarretado pelos impactos das fábricas (Siliprandi 2015).

Em 1990, na cidade de Nova York, Estado Unidos, foi criado o Planeta Fêmea, com apoio da *Women's Environment & Development Organization* - WEDO, para a introdução de um espaço de debate entre as mulheres como uma forma de preparatório para a Eco-92 (Siliprandi 2015). No ano seguinte, realizou-se o Congresso Mundial de Mulheres por um Planeta Saudável, que recebeu 1.500 mulheres de diversos países e debateu-se sobre a elaboração da Agenda 21 de Ação para as Mulheres, que viria a ser consolidado no Eco-92 (Siliprandi 2015).

A participação da mulher nas decisões políticas foram crescendo paulatinamente e o Congresso do Sindicalismo Rural demonstra essa progressão. No 5º Congresso, ocorrido em 1991, uma mulher foi eleita para compor a direção executiva, além disso, a participação feminina representou 10% dos delegados, até então o número limitava-se a 4%. Posteriormente, em 2001, as mulheres constituíam 39% do total de delegados no mesmo Congresso (Deere 2004).

No Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), as pautas relacionadas às mulheres referiam-se apenas as questões de organização sindical, assalariados rurais e políticas sociais (Siliprandi 2009). Em 2002, ocorreu um acontecimento marcante, na qual, pela primeira vez, as mulheres apareceram inseridas na pauta referente à agricultura familiar e produção agrícola (Heredia & Cintrão

2006). Na documentação do CONTAG, ficou relatado que o sexo feminino exercia um papel fundamental na elaboração de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (Siliprandi 2009).

As reivindicações fomentadas pelos conflitos, feminismo e questões socioambientais desigualitárias são primordiais, uma vez que, propiciam a elucidação das adversidades enfrentadas pelas mulheres rurais, no incentivo ao debate referente a sua valorização e enaltecimento com relação ao seu papel essencial na perpetuação do saber tradicional e conservação dos recursos naturais. De acordo com Salvaro *et al.* (2013), as manifestações possuem um expressivo encargo de compartilhar e dar prosseguimento às experiências, além de colaborar na luta pela autonomia feminina.

Nos últimos anos, cada vez mais setores da população mundial se conscientizaram da crise ecológica. Diante da degradação dos ecossistemas, que dificultam ainda mais a vida cotidiana das populações mais pobres nos países em desenvolvimento, começamos a vincular os direitos humanos e a proteção ambiental, devido a intensos problemas que afetam a nossa saúde, destroem a biodiversidade e comprometem o futuro do ser humano na Terra (Puleo 2008). A fraternidade tem sido trabalhada como um sentimento em conjunto com a cidadania, especialmente com as populações mais vulneráveis (mulheres, crianças e pobres), assegurando uma distribuição mais justa dos recursos em busca da sustentabilidade, devido à necessidade de preservar o espaço de vida comum, como uma responsabilidade para as gerações futuras, principalmente devido as mudanças climáticas, a desertificação, a contaminação dos solos e da água, e o desaparecimento da biodiversidade (Puleo 2008).

O movimento ecofeminista contrapõe a lógica patriarcal, que desmerece a atuação da mulher em espaços habitualmente designados aos homens, e exhibe princípios e mecanismos que escoram as lutas das mulheres para evidenciar a associação entre as estruturas de poder social desiguais e a degradação do meio ambiente. As reivindicações rompem os padrões sociais impostos, como a obrigatoriedade de exercer atividades que se relacionam ao meio familiar e garantem o empoderamento feminino.

A etnobotânica exalta a relevância da mulher na continuidade da propagação do saber tradicional, devido à grande afinidade com os recursos vegetais gerada pela “obrigatoriedade” dos cuidados nutricionais da família. Tal fator é explicitado pelo histórico do ecofeminismo, que anseia a desvinculação da dominação masculina sobre a mulher e a natureza, empoderando e tornando visível a imagem feminina para a conservação da natureza. Portanto, tais aspectos contribuem fortemente para a conservação da biodiversidade, visto que a perpetuação dos conhecimentos dissemina técnicas e informações essenciais para a manutenção dos recursos no meio ambiente.

Referências

- Adams CJ, Gruen L (2014) Ecofeminism: Feminist intersections with other animals and the earth. New York, Bloomsbury Press 25(1):112-114.
- Adams C (2012) Uma teoria feminista-vegana: a política sexual da carne Estudos Feministas 22(1): 361-391.
- Aguiar VVP (2016) Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas I. Política & Sociedade 15: 261-295.
- Albuquerque UP (2005) Introdução à etnobotânica. Rio de Janeiro: Editora Interciência Ltda. 80p.
- Albuquerque UP, Alves AGC (2014) O que é etnobiologia? In: Albuquerque UP (Org.). Introdução à etnobiologia. Recife: Nuppea. p. 17-22.
- Amorozo MCM, Gély AL (1988) Uso de plantas medicinais por caboclos do Baixo Amazonas. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi 4: 47-131.
- Angelin R (2013) Gênero e meio ambiente: a atualidade do ecofeminismo. Revista Espaço Acadêmico (58). Disponível: <<http://www.espacoacademico.com.br/058/58angelin.htm>>.
- Begossi A, Hanazaki N, Silvano RAM (2002) Ecologia humana, etnoecologia e conservação. In: Amorozo MCM, Ming LC, Silva SP (eds.). Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas. Rio Claro: UNESP/CNPq. p. 93-128.

- Begossi A, Hanazaki N, Tamashiro J (2002) Medicinal plants in the Atlantic Forest (Brazil): knowledge, use, and conservation. *Human Ecology* 30(3): 281-299.
- Bianchi B (2012) Introduzione – Ecofeminismo: il pensiero, I dibattiti, le prospettive. *Revista Deportate* 20:1-27.
- Burg IC (2005) As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 147p. Disponível: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102721/226752.pdf?sequence=1>
- Carniello MA, Silva RS, Cruz MAB, Guarim Neto G (2010) Quintais urbanos de Mirassol D'Oeste-MT, Brasil: uma abordagem etnobotânica. *Acta Amazônica* 40(3): 451-470.
- Carvalho AM (2005) Etnobotânica del Parque Natural de Montesinho. Plantas, tradición y saber popular em un territorio del nordeste de Portugal. Tese de Doutorado. Biología y Biomedicina. Universidad Autónoma de Madrid. 475p.
- Cunha LHDO, Madruga AM, Diegues, AC (1992). Reserva extrativista para regiões de mangue: uma proposta preliminar para o Estuário de Mamanguape-Paraíba. São Paulo: NUPAUB-USP.
- Deere CD (2004) Os direitos da mulher à terra e os movimentos rurais na reforma agrária brasileira. *Estudos Feministas* 12(1):175-204.
- Diegues AC (1996) O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec. 169p.
- Flores BN, Trevisan SDP (2015) Ecofeminismo e comunidade sustentável. *Revista Estudos Feministas* 23(1): 11-34.
- Garcia L (2009) A Relação Mulher e Natureza: laços e nós enredados na teia da vida. *Gaia Scientia* 3(1): 11-16.
- Georgin J, Wizniewsky JG, Oliveira GA, Rosa ALD (2015) A participação feminina na agricultura agroecológica: um estudo do caso na região norte do Rio Grande do Sul. *Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM* 14(2): 01-09.
- Herrero A (2018) Ecofeminismos: Apuntes sobre la dominación gemela de mujeres y naturaleza. *Ecología Política* 1(54): 18-25.
- Heredia BMA, Cintrão, RP (2006) Gênero e acesso a políticas no meio rural brasileiro. *Revista Nera* 9(8): 1-28.
- Karam KF (2004) A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. *Revista Estudos Feministas* 12(1): 360.
- Leff E (2004) Ecofeminismo: el género del ambiente. México, Universidad Bolivariana. *Revista Latinoamericana*. Disponível: <<http://www.redalyc.org/html/305/30500905/>>.
- Leff E (2002) Agroecologia e saber ambiental. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável* 3(1): 36-51.
- Lucena CM, Carvalho TKN, Ribeiro JES, Quirino ZGM, Casas A, Lucena RFP (2015) Conhecimento botânico tradicional sobre cactáceas no semiárido do Brasil. *Gaia Scientia* 9(2): 77-90.
- Matavele J, Habib M (2000) Ethnobotany in Cabo Delgado, Mozambique: Use of Medicinal Plants. *Environment, Development and Sustainability* 2(3-4): 227-234.
- Milward-de-Azevedo MA (2017) A botânica na gestão ambiental. *Diversidade e Gestão* 1(1): 33-50. Disponível: <<http://www.itr.ufrj.br/diversidadeegestao/wp-content/uploads/2017/07/03-A-Botanica-na-Gestao-Ambiental.pdf>>.
- Ministério do Meio Ambiente (1994) Convenção da Biodiversidade. Disponível: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biosseguranca/item/7513-conven%25C3%25A7%25C3%25A3o-sobre-diversidade-biol%25C3%25B3gica-cdb>>.
- MMC - Movimento de Mulheres Camponesas (16 de abril de 2018) Disponível: <<http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44>>.
- Monteles R, Pinheiro CUB (2007) Plantas medicinais em um quilombo maranhense: uma perspectiva etnobotânica. *Revista de Biologia e Ciências da Terra* 7(2): 38-48.
- Núñez PG, Klier G (2016) Desafíos ambientales y trampas del progreso: análisis ecofeminista en torno al desarrollo patagónico. *Sustentabilidad(es)* 7(13): 138-161.
- Pacheco MEL (2002) Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. GT Gênero-Plataforma de Contrapartes Novib/ Sos Corpo. *Perspectivas de Gênero: debates e questões para as ONGs. Gênero e Cidadania* (obra coletiva).
- Pastore E (2005) Relação de gênero na agricultura ecológica. Texto para discussão, n. 06. Rio Grande do Sul: Universidade de Passo Fundo. 15p.
- Pereira BE & Diegues AC (2010) Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. Editora UFPR *Desenvolvimento e Meio Ambiente* (22): 37-50.

- Puleo AH (2006) De la exclusión a la participación: democracia y igualdad. Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres 13: 29-42.
- Puleo AH (2008) Libertad, igualdad, sostenibilidad: por un ecofeminismo ilustrado. Isegoría: Revista de Filosofía Moral y Política 38: 39-59.
- Rocha JA, Boscolo OH, Fernandes LRR de MV (2015) Etnobotânica: um instrumento para valorização e identificação de potenciais de proteção do conhecimento tradicional. Revista Interações 16(1): 67-74.
- Rodrigues VEG, Carvalho DA (2001) Levantamento etnobotânico de plantas medicinais no domínio cerrado na região do Alto Rio Grande, Minas Gerais. Ciência e Agrotecnologia 25(1): 102-123.
- Rosendo D (2016) Filosofia ecofeminista: Repensando o feminismo a partir da lógica a dominação. Revista Diversitas 5: 99-123. Disponível: http://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/4_ROSENDO,D.%20Filosofia%20ecofeminista.pdf
- Salvaro GIJ, Lago MCS, Wolff CS (2013) “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. Psicologia & sociedade 25(1): 79-89.
- Siliprandi EC (2009) Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília. 292p.
- Siliprandi EC (2015) Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 352p.
- Silva BGD (2008). A Marcha das Margaridas: resistências e permanências. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Disponível: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/949>.
- Shiva V (1992) Staying Alive: Women, Ecology and Development. Londres: Zed Books.
- Veiga Junior VF (2008) Estudo do consumo de plantas medicinais na Região Centro-Norte do Estado do Rio de Janeiro: aceitação pelos profissionais de saúde e modo de uso pela população. Revista Brasileira de Farmacognosia 18(2):308-313.
- Viu AF, Oliveira Viu, MA, Campos LZO (2010) Etnobotânica: uma questão de gênero? Revista Brasileira de Agroecologia 5(1): 138-147.
- WEDO - Women's Environment & Development Organization (16 de abril de 2018) Disponível: <www.wedo.org>.

Revisora: Dra. Odara Horta Boscolo
Universidade Federal Fluminense